



Proc. n.º 198/91  
fis. 002  
Muta

**Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO**  
GABINETE DA PREFEITA

OFÍCIO Nº 214 /GP/91

OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA.  
EM, 27 DE maio DE 1.991.

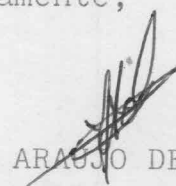
Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a esta Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 323 de 27 maio de 1.991, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal, e dá outras providências, a fim de que seja analisado e votado pelos Nobres Vereadores deste Município.

Solicitamos que esta matéria seja analisada em regime de urgência, na forma da Lei, tendo em vista sua natureza e finalidade.

Ciente de poder contar com a compreensão de Vossa Excelência, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,

  
JOSELITA ARAÚJO DE OLIVEIRA  
PREFEITA MUNICIPAL

Exmo. Sr.

JASMO PEREIRA DE CASTRO

DO. Presidente da Câmara Municipal

OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA

CÂMARA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO DO OESTE	
ATAÇÃO DE PROTOCOLO	
REC. JUN 04, 05, 91	
HORAS 11:30	
Muta	
CHefe	



PROC. n.º 198/91  
fis. 003  
*[Signature]*

## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

MENSAGEM Nº 317

DE 27 DE maio

DE 1.991.

Exmo. Sr. Presidente,  
Exmo. Srs. Vereadores,

Apraz-nos encaminhar a esta Egrégia Ca  
sa de Leis o Projeto de Lei nº de de 1.991,'  
que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal pa  
ra que seja analisado e votado pelos Nobres Legisladores deste  
Município.

A Prefeitura Municipal através da Secre  
taria Municipal de Educação ao se deparar com a deplorável si  
tuação dos Professores da esfera municipal e do crescente avil  
tamento do status social, da carreira docente, assume o compro  
misso de desencadear ações com vistas à melhoria de condição  
de trabalho e a qualidade do ensino.

Tal Projeto de Lei objetiva a estrutura  
ção da carreira, garantia dos direitos inerentes à profissão,'  
definição dos deveres impostos à carreira, oferta de constante  
atualização, além de garantir salário compatível com a Função'  
do Magistério.

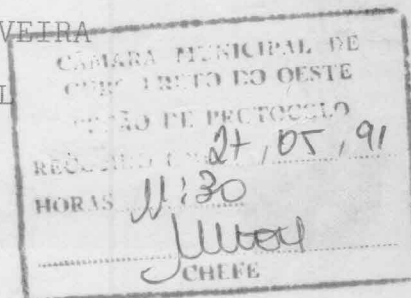
Lembramos ainda, que este Projeto é fru  
to de discussão entre professores representantes do Magistério,  
além de Técnicos da Secretaria Municipal de Educação.

Na certeza da acolhida dos Nobres, aguar  
damos com ansiedade a deliberação e aprovação de Vossas Exce'  
lências, com a consequente aprovação do Projeto de Lei em epí  
grafe em regime de urgência. *[Signature]*

Palácio do Pioneiros,

*[Signature]*  
JOSELITA ARAÚJO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL



APROVADO  
1ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
Em: 10 / 06 / 91



PROC. N.º 198/91  
Fls. 004  
Mito

CÂMARA MUNICIPAL DE  
OURO PRETO DO OESTE  
SEÇÃO DE PROTOCOLO  
RECEBIDO 27.05.91  
HORAS 11:30  
Mito

## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

Fls.001

PROJETO DE LEI Nº 323

DE 27 DE maio DE 1.991.

APROVADO  
2ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
Em: 17 / 06 / 91

"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSELITA ARAÚJO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Ouro Preto do Oeste, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o Estatuto do Magistério Municipal do primeiro e segundo grau e seu pessoal, estrutura e respectiva carreira e estabelece normas especiais sobre o seu regime jurídico.

Art. 2º - Para efeito deste Estatuto, entende-se por pessoal de magistério o conjunto dos servidores que ocupam cargos ou funções nas Unidades Escolares e demais órgãos da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 3º - O pessoal do magistério público municipal compreende as seguintes categorias:

I - Docente - os servidores encarregados de ministrar o ensino e a educação ao aluno em quaisquer atividades, áreas de estudo e disciplinas constantes do currículo escolar.

II - Especialista - Os servidores que executam tarefas de assessoramento, planejamento, programação, coordenação, acompanhamento, controle, avaliação, orientação, inspeção e outras, respeitadas as prescrições contidas na Lei Federal nº 5692 de 11 de Agosto de 1971, ou outra que o substitua ou modifique.



Proc. n.º 198/91  
fis. 005  
Muita

CÂMARA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO DO OESTE	
SEÇÃO DE PROTOCOLO	
RECEBIDO EM	27/05/91
HORAS	11:30
Muita	
CHEFL	

## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

Fls. 002

III - Auxiliares - os servidores que nas Unidades Escolares exerçam atividades administrativas e de apoio às atividades de ensino, que pertençam ao quadro de cargos e em pregos de natureza permanente da Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei, funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público.

### CAPÍTULO II

#### DO QUADRO DO MAGISTÉRIO

Art. 4º - Os cargos do magistério se classificam de acordo com gênero de trabalho e os níveis de complexidade das atribuições e responsabilidade cometidas aos seus ocupantes:

Art. 5º - Para efeitos deste Estatuto:

I - Cargo é o conjunto de deveres, atribuições e reponsabilidades cometidas pelo município a um professor, especialista de educação ou auxiliar exerça atividades administrativas nas Unidades Escolares;

II - Classe é o agrupamento de cargos da mesma natureza, mesmo nível de retribuição, mesma denominação e idênticos quanto ao grau de dificuldades e responsabilidades;

III - Carreira ou série de classe é o conjunto de classes da mesma natureza, disposta hierarquicamente de acordo com o grau de dificuldades das atribuições e níveis de responsabilidade;

IV - Promoção é a elevação do funcionário público a uma classe imediatamente superior dentro da mesma;

Art. 6º - O quadro do Magistério Municipal desdobra-se em duas partes:

I - Parte permanente, que inclui as carreiras e classe isoladas constantes do Anexo I;

II - Parte suplementar, composta dos car





Proc. n.º 198/91

fls.

006

*Uteal*

CÂMARA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO DO OESTE	
SEÇÃO DE PROTOCOLOS	
RECEBIDA EM	21 05, 91
HORAS	11.30
<i>Uteal</i>	
CHEFE	

## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

Fls. 003

e funções, constantes do anexo II.

Parágrafo Único - Ao pessoal do Quadro do Magistério aplica-se subsidiária e completamente a este, o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

### CAPÍTULO III

#### DO PROVIMENTO

Art. 7º - Os cargos do Quadro do Magistério Municipal podem ser providos por:

I - Nomeação, precedido de concurso público, tratando-se de primeira investidura no serviço público municipal em cargo vago de classe inicial de carreira ou classe isolada;

II - Promoção, tratando-se de classe intermediária ou final de carreira.

Art. 8º - Compete ao Prefeito Municipal expedir os atos de provimento.

Parágrafo Único - O ato de provimento deverá conter as seguintes indicações:

I - A denominação do cargo e demais elementos de identificação, o motivo da vacância e o nome do ex-ocupante, quando for o caso;

II - A indicação do nível de vencimento do cargo.

Art. 9º - Os cargos constantes da parte permanente (Anexo I) serão inicialmente providos por enquadramento dos seguintes servidores, de acordo com as normas do Capítulo XII desta Lei:

I - Atuais ocupante de cargos efetivos da Prefeitura Municipal;

II - Pessoal contratado que tenha ingressado no serviço Municipal mediante concurso público municipal.

Art. 10º - Para provimento dos cargos públicos serão rigorosamente observados os requisitos mínimos indicados no Anexo I desta Lei, sob pena de ser o ato de nomeação



Proc. n.º 198/91

fls. 007

Ulton

CÂMARA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO DO OESTE	
SEÇÃO DE PROTOCOLO	
RECEBIDA EM	27.05.91
HORAS	11:30
Ulton	
CHEFE	

## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

Fls. 004

considerado nulo, não gerando obrigação de espécie alguma para o Município, nem qualquer direito para o beneficiário.

### CAPÍTULO IV

#### DO CONCURSO

Art. 11º - A primeira investidura em cargo de provimento efetivo das atividades do magistério efetuar-se - à mediante concurso público de provas escritas, podendo ser utilizadas ainda provas práticas ou prático - orais.

Parágrafo Único - No concurso para provimento de cargo de nível universitário haverá também prova de títulos.

Art. 12º - A aprovação em concurso não gera direito à nomeação, mas esta quando se der, respeitará ordem de classificação dos candidatos habilitados, salvo prévia desistência por escrito.

§ 1º - Terá preferência para nomeação, em caso de empate na classificação, o candidato já pertencente ao serviço público municipal e, havendo mais de um candidato nessa condição, o mais idoso.

§ 2º - Se ocorrer empate de candidatos não pertencente ao serviço público municipal, decidir-seá em favor do mais idoso.

Art. 13º - Observar-se-ão, na realização dos concurso, as seguintes normas:

I - Não se publicará edital para provimento de qualquer cargo enquanto vigorar o prazo de validade do concurso anterior para o mesmo cargo, se ainda houver candidato aprovado e não convocado para investidura;

II - O edital deverá estabelecer o prazo de validade do concurso e as exigências ou condições que possibilitem a convocação, pelo candidato, das qualificações e requisitos constantes dos cargos;

III - Aos candidatos serão assegurados meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação de concurso.



Proc. n.º 198/91  
fis. 008  
Ulta

PREFEITURA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO DO OESTE	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
RECEBEMOS EM 24/05/91	HORA 11:30
Assinado: Ulta	
CHEFE	

## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

Fls. 005

IV - Quando houver funcionário público municipal em disponibilidade, não será feito concurso público para preenchimento de cargo de igual categoria, devendo, ser convocado o funcionário disponível;

V - O concurso obedecerá as condições e requisitos estabelecidos no respectivo edital, atendidos as normas constantes deste estatuto.

### CAPÍTULO V

#### DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

Art. 14º - A nomeação se dará:

I - em caráter efetivo, para cargo de provimento efetivo;

II - em comissão, mediante livre escolha do Prefeito Municipal, dentre pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público, quando se tratar de cargo que assim deva ser provido.

Art. 15º - A posse em cargo público municipal se dará a quem, além de outras prescrições legais, atender aos seguintes requisitos:

I - Possuir a nacionalidade brasileira;

II - Possuir o gozo dos direitos políticos

III - Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

IV - Possuir idade mínima de 16 (Dezesseis) anos.

Parágrafo Único - A admissão de estrangeiro se fará na forma estabelecida em Lei.

Art. 16º - No ato de posse, o candidato deverá declarar, por escrito, se é titular de outro cargo ou de função pública.

Parágrafo Único - Ocorrendo hipótese da acumulação proibida, a posse será suspensa por 10 (Dez) dias para que se comprove a inexistência daquela.

Art. 17º - O Prefeito Municipal dará posse aos nomeados para cargos em comissão e o chefe da Seção de Recursos Humanos da Prefeitura, aos de caráter efetivo.



Proc. n.º 198/91	CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
fls. 009	RECEBIMENTO DE 27, 05, 91
Ultav	HORAS 11:30
	CHefe

## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

Fls. 006

Art. 18º - O funcionário declarará no ato da posse, os bens e valores que constitui seu patrimônio.

Art. 19º - Poderá haver mediante procuração por instrumento público, em caso especiais, a critério da autoridade competente.

Art. 20º - Cumpre a autoridade que der posse verificar sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições legais.

Art. 21º - A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de provisamento, podendo ser prorrogado por igual prazo, desde que justificado.

Parágrafo Único - Se a posse não der dentro do prazo previsto, o ato de nomeação ficará automaticamente sem efeito.

### SUBSEÇÃO I

#### DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 22º - Estágio probatório é o período inicial de 730 (setecentos e trinta) dias de exercício do funcionário para o cargo efetivo, no qual são apurados suas qualidades e aptidões para o exercício do cargo e julgada a conveniência de sua permanência.

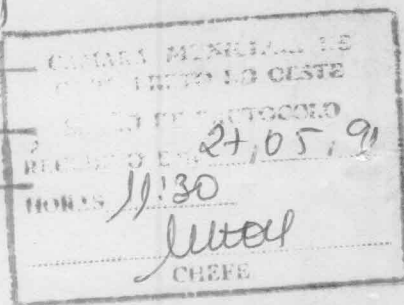
Parágrafo Único - Os requisitos a serem apurados no período probatório são os seguinte:

- I - Idoneidade Moral
- II - Disciplina
- III - Pontualidade
- IV - Assiduidade
- V - Eficiência

Art. 23º - O chefe imediato do funcionário em estágio probatório informará a seu respeito, reservadamente 90 (noventa) dias antes do término no período, a Seção de Recursos Humanos da Prefeitura, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

Art. 24º - O Secretário Municipal de Educação e Cultura, os Diretores de Unidades Escolares, informarão à

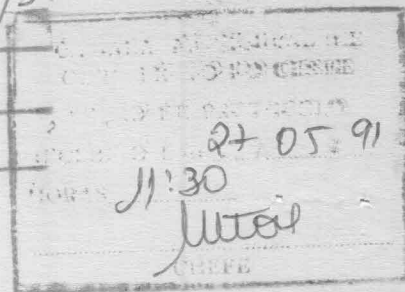




Art. 31º - Para ser promovido por mereci-  
mento, o funcionário deverá contar com o interstício mínimo de  
730 (setecentos e trinta) dias de efetivo exercício na classe.



Proc. n.º 198/91  
fis. 011  
Júlio



## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

Fls. 008

em que se encontra e, ainda, obter o grau mínimo de merecimento à promoção.

Art. 32º - Na apuração dos interstícios para promoção serão descontadas as ausências ao trabalho quando ocorridas com prejuízo do vencimento.

Parágrafo Único - A suspensão e a advertência por escrito interrompem a contagem do interstício. A contagem de novo interstício terá início na data subsequente à da aplicação da advertência ou, for o caso, à do término do cumprimento da suspensão.

§ 1º - A avaliação de merecimento do funcionário será feita mediante a aferição de seu desempenho, em que serão considerados os seguintes fatores:

I - exercício de função de direção e chefia;

II - conhecimento de qualidade do trabalho;

III - elogios e punições recebidos;

IV - curso e treinamento relacionados com as atribuições de seu cargo;

V - pontualidade;

VI - assiduidade;

§ 2º - A avaliação do desempenho será efetuada uma vez por ano, através de conceitos emitidos no Boletim de Merecimento, pelas chefias ou supervisores do funcionário e de dados extraídos de seus assentamentos funcionais.

§ 3º - O merecimento é adquirido durante o período de permanência do funcionário em sua classe. Promovido, o funcionário reiniciará a contagem de ocorrência para efeito de nova promoção.

### CAPÍTULO VII

#### DOS VENCIMENTOS

Art. 33º - São direitos especiais do pessoal do magistério Municipal;



Proc. n.º 198/91

fls. 012

012

Uteu

PROCESO N.º 198/91	DATA DE RECEBIMENTO 12-10-91
ASSINATURA	24-05-91
DATA	11:30
ASSINATURA	Uteu
CARTEIRA	

## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

Fls. 009

I - ter a possibilidade de aperfeiçoamento ou especialização profissional em órgão mantidos ou reconhecidos pelo município;

II - escolher, respeitada as diretrizes gerais das autoridades competentes, os processos e método didáticos a aplicar e os processos de avaliação da aprendizagem;

III - participar de planejamento de programas e currículo, reuniões, conselhos ou comissões escolares;

IV - receber assistência técnica para seu aperfeiçoamento ou sua especialização e atualização.

Art. 34º - Os membros do magistério farão jus, além do devido, a gratificação por serviços prestados em bancas ou comissões de exames, concursos ou provas, desde que fora do período normal de trabalho a que estiver sujeito.

Art. 35º - O vencimento do pessoal do magistério é o constante do quadro de cargos e empregos de natureza permanente e escala de vencimentos e salários da Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste.

### CAPÍTULO VIII

#### DO AFASTAMENTO E DAS FÉRIAS

Art. 36º - O afastamento do membro do magistério do seu cargo ou função poderá ocorrer, além de outras das hipóteses previstas nesta Lei e no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, nos seguintes casos:

I - para seu aperfeiçoamento e especialização;

II - para comparecer a congressos e reuniões relacionadas com a sua atividade;

III - para cumprir missão oficial de qualquer natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos.

Art. 37º - O membro do magistério só poderá ausentar-se do município com ou sem ônus para os cofres públicos, beneficiando-se do artigo anterior, com autorização do Prefeito Municipal, ouvido o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes.





Proc. n.º 198/91

fis. 013

Luter

MUNICÍPIO DE  
OURO PRETO DO OESTE

11:30

27.05.91

Luter

**Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO**

GABINETE DA PREFEITA

Fls. 010

Art. 38º - As férias do professor são usufruídas no período de férias escolares não podendo ser inferiores a 30 (trinta) dias por ano, os quais devem ser consecutivos.

Art. 39º - Os especialistas em educação e o pessoal auxiliar terão direito a 30 (trinta) dias consecutivos de férias anuais, que serão gozadas segundo escala elaborada pelo chefe imediato.

Art. 40º - É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de 02 (dois) períodos atestada a necessidade pelo chefe imediato do funcionário.

**SEÇÃO I****DA LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DO CÔNJUGUE**

Art. 41º - A funcionária ou funcionário efetivo, cujo cônjuge for funcionário federal ou estadual, civil ou militar, e for designado servir, ex- ofício, em outro ponto do território nacional ou no estrangeiro, terá direito a licença não renumerada.

§ 1º - A licença será concedida mediante requerimento devidamente instruído.

§ 2º - Aplica-se o disposto neste artigo quando qualquer dos cônjuge receber mandato eletivo fora do Município.

Art. 42º - Ao funcionário em comissão não se concederá a licença de que trata o artigo anterior.

**SEÇÃO II****DA LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES**

Art. 43º - O funcionário estável poderá obter licença, sem vencimentos, para o trato de interesses particulares, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.





Proc. n.º 198/91  
fis. 014  
Mural  
27.05.91  
1130  
Mural  
C. E. E.

## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

Fls. 011

§ 1º - O requerente aguardará, em exer  
cício, a concessão da licença, sob pena de demissão por abandono  
de cargo.

§ 2º - Será negada a licença, quando  
houver inconveniência ao interesse do serviço.

Art. 44º - Só poderá ser concedida nova  
licença para o tratamento de interesses particulares depois de  
decorridos dois (02) anos do término da anterior.

Art. 45º - Quando o interesse do servi  
ço o exigir a licença poderá ser cassada, a juízo do Prefeito Mu  
nicipal.

Parágrafo Único - Cassada a licença, o  
funcionário terá até 30 (trinta) dias para reassumir o exercício,  
após divulgação do ato.

Art. 46º - Ao funcionário em comissão  
não se concederá, nessa qualidade, licença para o trato de inte  
resse particulares.

### CAPÍTULO IX

#### DO TREINAMENTO

Art. 47º - Fica institucionalizado, co  
mo atividade permanente da Secretaria Municipal de Educação e  
Cultura, o treinamento de seus servidores, tendo como objetivo:

I - incrementar a produtividade e criar  
condições para o constante aperfeiçoamento do ensino público mu  
nicipal.

II - integrar os objetivos de cada fun  
ção às finalidades da administração como um todo;

III - atualizar conhecimentos adquiri  
dos para melhor qualificação do pessoal docente.

Art. 48º - Compete a Secretaria Munici  
pal de Educação, em coordenação com a Secretaria Municipal de Ad  
ministração, a elaboração e o desenvolvimento dos programas de  
treinamento dos seus servidores.

§ 1º - Os programas de treinamento se



Proc. n.º 198/91

fls. 015

Intel

PROTÓCOLO
27, 05, 91
1130
Inteu

## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

Fls. 012

rão elaborados, anualmente, a tempo de prever, na proposta orçamentária, os recursos indispensáveis à sua realização.

§ 2º - As atividades de treinamento serão programadas preferentemente para a época das férias escolares, respeitando-se o período destinado a estas.

Art. 49º - O treinamento terá sempre caráter objetivo e prático e será ministrado:

I - sempre que possível, diretamente pela Prefeitura, utilizando servidores de seu quadro e recursos humanos locais;

II - através da contratação de serviços com entidades especializadas;

III - mediante o encaminhamento de servidores a organizações especializadas; sediadas ou não no Município.

### CAPÍTULO X

#### DA LOTAÇÃO

Art. 50º - A lotação do pessoal do quadro do Magistério Municipal será aprovada, anualmente, pelo Secretário Municipal de Educação, tendo em vista as necessidades do ensino público municipal e a qualificação do corpo docente.

Parágrafo Único - É vedada a designação de pessoal do Quadro do Magistério Municipal para exercício de funções alheias à educação e à cultura.

Art. 51º - É facultado ao funcionário solicitar nova lotação mediante remoção desde que:

I - não traga prejuízo ao funcionamento da Unidade onde estiver lotado o funcionário;

II - exista vaga na Unidade para onde é solicitada a nova lotação;

Parágrafo Único - Terá preferência, em caso de haver mais de um candidato à mesma vaga, o que consta mais tempo de serviço público municipal e, em caso de empate, o mais velho.





PROC. N.º 98/91

fls. 016

Utoy

MUNICIPAL DE
RO DO OESTE
PROTÓCOLO
27,05,91
11:30
Utoy
CHEFE

## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

Fls. 013

Art. 52º - A remoção poderá ser solicitada por permuta.

§ 1º - A permuta será processada mediante pedido escrito de ambos os interessados.

§ 2º - Não poderá permutar o funcionário que estiver licenciado ou suspenso disciplinarmente.

Art. 53º - Haverá em cada Unidade Escolar uma função gratificada de Diretor e Secretário.

§ 1º - Para preenchimento da função de Diretor é exigida experiência de no mínimo 02 (dois) anos de Magistério.

§ 2º - O Diretor e o Secretário de Unidade Escolar será designado pelo Prefeito Municipal, mediante indicação do Secretário Municipal de Educação.

Art. 54º - O Secretário Escolar, responsável por todas as atividades da secretaris e outras que lhe forem atribuídas, é co-responsável com o Diretor pelo funcionário da Unidade Escolar.

Art. 55º - Será também lotado nas Unidades Escolares o pessoal necessário às atividades de portaria, limpeza, manutenção, vigilância e merenda escolar.

Parágrafo Único - Antes do final do ano letivo o Secretário Municipal de Educação submeterá à aprovação do Prefeito Municipal o plano de lotação para o ano seguinte, do pessoal de que trata este artigo.

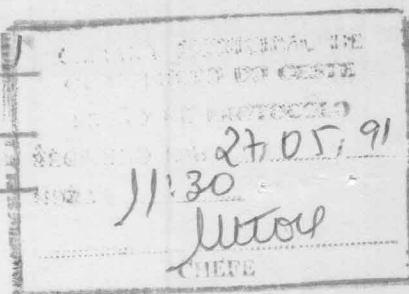
### CAPÍTULO XI

#### DO ENQUADRAMENTO

Art. 56º - Os atuais servidores, ocupantes de cargos e funções de magistério serão enquadrados em cargos das classes previstas no Anexo I, cujas atribuições sejam de natureza e grau de dificuldade semelhantes às que estiverem ocupando na data de vigência desta Lei, desde que atendam aos requisitos fixados quanto à escolaridade e à habilitação para o exercício da profissão.



Proc. n.º 198/91  
fis. 017  
Litor



## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

Fls. 014

§ 1º - Os servidores de que trata este artigo, que exercem atribuições diferentes daquelas correspondentes aos cargos da Parte Permanente, terão seus cargos incluídos na Parte Suplementar (Anexo II).

§ 2º - Os demais professores leigos ficarão no Quadro Suplementar (Anexo II).

Art. 57º - Os atos coletivos de enquadramento serão baixados, sob a forma de listas nominais, através de portaria do Prefeito Municipal, num prazo de 90 (noventa) dias, contados da vigência desta Lei.

Art. 58º - O funcionário, cujo enquadramento tenha sido feito em desacordo com as normas desta Lei, poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação dos atos, dirigir ao Prefeito petição de revisão, devidamente fundamentada.

§ 1º - O Prefeito deverá decidir sobre o requerido, nos 30 (trinta) dias que sucederem ao recebimento da petição.

§ 2º - A ementa da decisão do Prefeito será publicada no máximo 03 (três) dias após o término do prazo fixado no parágrafo anterior.

### CAPÍTULO XII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59º - É vedada a admissão de pessoal pelo regime CLT para as atividades previstas no Quadro do Magistério Municipal.

Parágrafo Único - Será admitida em caráter excepcional para substituir funcionário subitamente afastado, de suas funções e os regidos em regime especial.

Art. 60º - Após a realização do enquadramento previsto desta Lei, os cargos do Quadro do Magistério Municipal (Anexo I e II) que permanecerem vagos serão preenchidos por concurso público, Exceto os regidos em regime especial. *h*





Proc. n.º 198/91

018

Luter

CÂMARA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO DO OESTE	
DIÁRIO DE PROTOCOLO	27, 05, 91
HORAS	11:30
Luter	
CHEFE	

## Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO

GABINETE DA PREFEITA

Fls. 015


Parágrafo Único - Os atuais servidores municipais, contratados no regime da legislação trabalhista, sem direito a estabilidade no serviço público municipal, serão inscritos "ex-ofício", na classe e referência inicial ou equivalente considerando a faixa salarial de sua respectiva habilitação, para o exercício do magistério.

Art. 61º - É dever do pessoal do Magistério Público Municipal comparecer a todas as atividades extra-Classe e comemorações cívicas, quando convocado.

Art. 62º - São partes integrantes da presente Lei o Anexos I, II e III que a acompanha.

Art. 63º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Ouro Preto do Oeste, 27 de maio de 1.991.



Joselita Araújo de Oliveira

Prefeita Municipal

I - ESPECIALIDADE

ANEXO I

TÉCNICO EM ASSUNTOS CULTURAIS  
TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL  
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAL  
TÉCNICO EM PLANEJAMENTO  
TÉCNICO EM ENSINO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

CARREIRA:

CLASSE	ESCALA DE REFERÊNCIA	VENCIMENTO CIAL	INI-CR\$:	FUNÇÃO	REQUISITOS P/PROVIMENTO	CARGA HORÁ-RIA SEMAN.	Nº DE VAGAS
TÉCNICA EM ASSUNTOS CULTURAIS	NS 12 A 23	77.572,64		PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO CULTURAL	CURSO SUPERIOR	40	05
TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	12 A 23	77.572,64		COMUNICAÇÃO SOCIAL	CURSO SUPERIOR EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	40	03
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAL	12 A 23	77.572,64		SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	CURSO SUPERIOR EM PEDAGOGIA	40	05
TÉCNICO EM PLANEJAMENTO	12 A 23	77.572,64		PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO ENSINO	CURSO SUPERIOR	40	03
TÉCNICO EM ENSINO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	12 A 23	77.572,64		ENSINO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	CURSO SUPERIOR	40	03

Proc. n.º 198/91

019

luta

05

11/38

luta

24 05, 91

03

PROJETO DE LEI Nº 323

DE 24 DE maio

DE 1.991.

II - DOCENTE

ANEXO I

PROFESSOR NÍVEL MÉDIO DE ENSINO DE 1º GRAU

CARREIRA: PROFESSOR DE ENSINO DE 1º GRAU

PROFESSOR DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

CLASSE	ESCALA DE REFERÊNCIA	VENCIMENTO INICIAL CR\$.	FUNÇÃO	REQUISITO PARA PROVIMENTO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS
PROFESSOR NÍVEL MÉDIO DE ENSINO DE 1º GRAU	NM 07 A 21	25.590,24	REGÊNCIA DE CLASSE DE 1ª A 4ª SÉRIES DO 1º GRAU	HABILITAÇÃO DO 2º GRAU EM MAGISTÉRIO	20	260
PROFESSOR DE ENSINO DE 1º GRAU	NS 08 A 20	52.983,17	REGÊNCIA DE CLASSES DE 5ª A 8ª SÉRIES DO 1º GRAU	HABILITAÇÃO ESPECÍFICA EM GRAU SUPERIOR. LICENCIATURA DE 1º GRAU OBTIDA EM CURSO DE COMPUTAÇÃO	20	100
PROFESSOR DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	NS 10 A 22	64.109,63	REGÊNCIA DE CURSO DE 2º GRAU	HABILITAÇÃO ESPECÍFICA OBTIDA EM CURSO DE GRADUAÇÃO CORRESPONDENTE À LICENCIATURA PLENA	20	

Proc. n.º 198/91

220  
Integral

11:50  
Integral  
27 05 91

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 24 DE maio DE 1.991.

ANEXO I

III - AUXILIARES.

São os funcionários onde pertencem ao quadro de cargos e empregos de natureza permanente da Prefeitura e que estejam prestando serviços nas unidades escolares e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Proc. n.º 198/91  
fis. 021  
Mitar

CÂMARA MUNICIPAL DE	
CABO DE OESTE	
PROTÓCOLO	
24 05 91	11:30
Mitar	

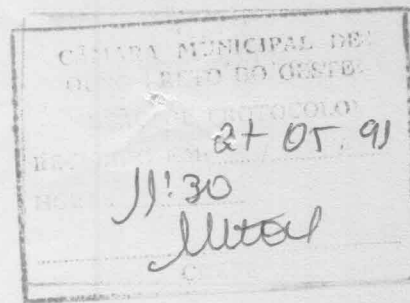


ANEXO II

QUADRO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL

PARTE SUPLEMENTAR

CARGO	ESCALA DE REFERÊNCIA NM	VENCIMENTO INICIAL CR\$	CARGA HORÁRIA SEMANAL HORAS	Nº DE VAGAS
PROFESSOR LEIGO	01 A 13	18.055,34	20	340



Proc. n.º 198/91  
fis. 022  
Mitar

PROJETO DE LEI Nº 323

DE 27 DE maio

DE 1.991.

ANEXO III  
QUADRO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL  
FUNÇÕES DE CONFIANÇA

CARGO	REFERÊNCIA GEC	GRATIFICAÇÃO MENSAL CR\$.	Nº DE VAGAS
DIRETOR DE ESCOLA DE 1º E 2º GRAUS	GEC - 08	25.000,00	06
DIRETOR DE ESCOLA DE 1º GRAU	GEC - 09	22.800,00	08
DIRETOR DE PRÉ- ESCOLA	GEC - 10	19.900,00	07
SECRETÁRIO DE ESCOLA DE 1º E 2º GRAUS	GEC - 10	19.900,00	06
SECRETÁRIO DE ESCOLA DE 1º GRAU	GEC - 11	17.000,00	08

Proc. n.º 198/91  
fis. 023  
Mutoi

CÂMARA MUNICIPAL DE  
GOV. DO GERAL  
RECEB. 27 05 91  
HORA 11:30  
Mutoi

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste

27/05/91 198/91

*luter*

RESPONSÁVEL

Proc. N.º 198/91

fol. 024

*luter*

AO EXMº. SR.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE-RO;  
SEGUE O PRESENTE PROCESSO PARA PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS :

EM, 27-05-91.

*luter*

Ao Assessor Jurídico,  
Segue o presente processo para  
providências.

Em, 27.05.91

*Ad*  
Ana Maria Rocha  
Chefe Secção Gabinete  
Port. N.º 092/CMOPO/90

A Seção Legislativa  
Envia por meio do Colecionamento  
do plenário desta Casa  
Legislativa.

Em, 27 de Maio - 1991.

*Amorim*  
José Martins dos Anjos  
Assessor Jurídico  
Port. N.º 091/CMOPO/90

Proc. n.º 198/91  
fis. 025  
Mteu

ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991 .

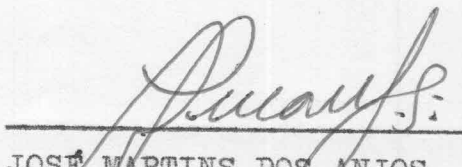
"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

O Projeto é Constitucional, encontra-se em boa Técnica Legislativa e regular redação, está pois em condições de ser analisado pelas Comissões de Justiça e Redação, Orçamento e Finanças e Educação, Saúde e Assistência Social.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 04 de Junho de 1.991 .

  
\_\_\_\_\_  
JOSE MARTINS DOS ANJOS  
ASSESSOR-JURÍDICO.



Proc. n.º 198/91  
fis. 025  
Jutor

ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991 .

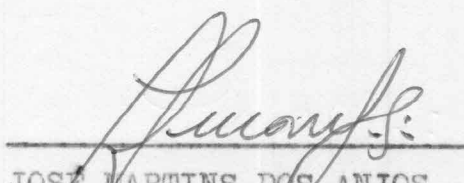
"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

O Projeto é Constitucional, encontra-se em boa Técnica Legislativa e regular redação, está pois em condições de ser analisado pelas Comissões de Justiça e Redação, Orçamento e Finanças e Educação, Saúde e Assistência Social.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 04 de Junho de 1.991 .

  
JOSE MARTINS DOS ANJOS  
ASSESSOR-JURÍDICO.

RELATOR DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991 .

"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICI-  
PAL DE OURO PRETO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVI  
DÊNCIAS".

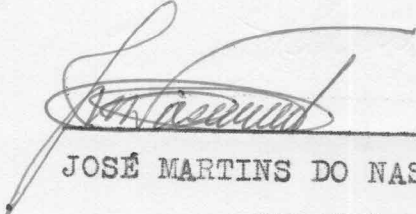
PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 52/91

Este Relator em análise ao Projeto, sentiu sua  
Constitucionalidade, encontrando o mesmo em boa Técnica Legislati  
va, sendo Projeto de interesse de uma classe, somos favoráveis à  
sua aprovação.

Assim sendo somos favoráveis à sua aprovação.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 04 de Junho de 1.991 .

  
JOSE MARTINS DO NASCIMENTO

RELATOR.

RELATOR DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991 .

"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

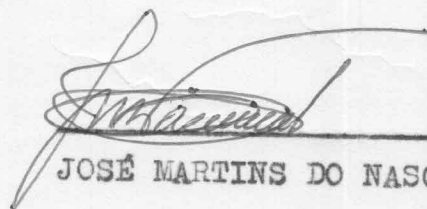
PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 52/91

Este Relator em análise ao Projeto, sentiu sua Constitucionalidade, encontrando o mesmo em boa Técnica Legislativa, sendo Projeto de interesse de uma classe, somos favoráveis à sua aprovação.

Assim sendo somos favoráveis à sua aprovação.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 04 de Junho de 1.991 .

  
JOSE MARTINS DO NASCIMENTO  
RELATOR.

APROVADO  
VOTAÇÃO ÚNICA  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
10 / 06 / 91  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Proc. n.º 198/91  
fis. 027  
Muro

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991 .

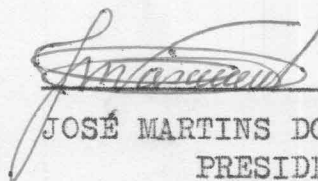
"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICI-  
PAL DE OURO PRETO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVI-  
DÊNCIAS".


PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 52/91

A Comissão após análise concluiu pela Constitu-  
cionalidade do Projeto, sendo de relevante interesse público, as-  
sim por estas razões somos favoráveis à sua aprovação.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 04.06.91.

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
SANTOS PEREIRA DOS SANTOS  
SECRETÁRIO

\_\_\_\_\_  
FRANCISCO DE ASSIS A. BASTOS  
MEMBRO



APROVADO  
VOTAÇÃO ÚNICA  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
Em: 10 / 06 / 91  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Proc. n.º 198/91  
fis. 027  
Ulrich

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991 .

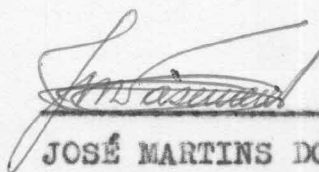
"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICI-  
PAL DE OURO PRETO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVI-  
DÊNCIAS".


PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 52/91

A Comissão após análise concluiu pela Constitu-  
cionalidade do Projeto, sendo de relevante interesse público, as-  
sim por estas razões somos favoráveis à sua aprovação.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 04.06.91.

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
SANTOS PEREIRA DOS SANTOS  
SECRETÁRIO

\_\_\_\_\_  
FRANCISCO DE ASSIS A. BASTOS  
MEMBRO

Proc. n.º 198/91  
fis. 028  
Murilo

A comissão Permanente de Orçamentos e Finanças,  
para dar o parecer no prazo regimental de 05  
(Cinco) dias.

Em. 04  
06  
91

Machado  
Neuza de Souza Nolis Machado

Estado de Rondônia.

Câmara Municipal de Cuiabá do Oeste

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

O Vereador Braz Resende

Presidente da Comissão Permanente de

Orçamentos e Finanças

no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 1º

do Regimento Interno

RESOLVE designar Vereador

O MESMO

membro desta Comissão para atuar como Relator

to presente Projeto de Lei n.º 323/91

Sala das Sessões das Comissões Permanentes

da Câmara Municipal de Cuiabá do Oeste

em 04 de Junho de 1991

Presidente das Comissões

Braz Resende  
Vereador PDT

Proc. n.º 198/91  
fis. 29  
11104

RELATOR DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991 .


"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL  
DE OURO PRETO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN -  
CIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 32/91

O Projeto veio a este Relator para parecer em  
detida análise sentimos sua viabilidade e sua real necessidade ,  
assim, somos favoráveis à sua aprovação.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 04 de Junho de 1.991 .

  
BRAZ RESENDE  
RELATOR.

RELATOR DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991 .


"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL  
DE OURO PRETO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN -  
CIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 37/91

O Projeto veio a este Relator para parecer em  
detida análise sentimos sua viabilidade e sua real necessidade ,  
assim, somos favoráveis à sua aprovação.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 04 de Junho de 1.991 .

  
BRAZ RESENDE  
RELATOR.



APROVADO  
VOTAÇÃO ÚNICA  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
10 / 06 / 91  
COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

Proc. n.º 198/91  
fis. 030  
Mora

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991 .

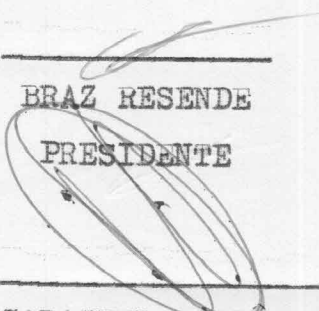
"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL  
DE OURO PRETO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 37 / 91

Esta Comissão em detida análise sentiu a viabilidade e real necessidade do Projeto, sendo o mesmo de relevante valor social, somos favoráveis à sua aprovação.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 04 de Junho de 1.991 .

  
BRAZ RESENDE  
PRESIDENTE

SALATIEL CORRÊA CARNEIRO  
SECRETÁRIO

NASMARON MOREIRA DOS SANTOS  
MEMBRO

APROVADO  
VOTAÇÃO ÚNICA  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
Em: 10 / 06 / 91  
COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

Proc. n.º 198/91  
fis. 030  
Julio

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991 .


"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL  
DE OURO PRETO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

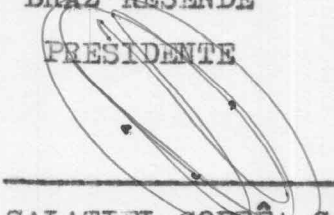
PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 37/91


Esta Comissão em detida análise sentiu a viabilidade e real necessidade do Projeto, sendo o mesmo de relevante valor social, somos favoráveis à sua aprovação.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 04 de Junho de 1.991 .

  
BRAZ RESENDE  
PRESIDENTE

  
SALATIEL CORRÊA CARNEIRO  
SECRETÁRIO

  
NASMARON MOREIRA DOS SANTOS  
MEMBRO

Proc. n.º 198/91  
fis. 031  
Muroy

A comissão Permanente de Educação, Saúde e Assistência Social, para dar o parecer no prazo regimental de 05 (cinco) dias.

Em 04  
06  
91

Machado  
Neuza de Souza Rolis Machado

Estado de Rondônia

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

O Vereador Manoel Epaminondas dos Santos  
Presidente da Comissão Permanente de

Educ. Saúde e Assistência Social.  
no uso das atribuições que lhe conferem o Art.  
do Regimento Interno

RESOLVE designar o Vereador

O MESMO  
membro desta Comissão, para atuar como Relator  
do presente Projeto de Lei n.º 323 / 91

Sala das Reuniões das Comissões Permanen-  
tes da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste

em 04 de junho de 1991  
Presidente da Comissão

Manoel Epaminondas dos Santos  
Vereador

Proc. n.º 198/91  
fis. 032  
M. M. M.

RELATOR DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL .

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991 .

"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL  
DE OURO PRETO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR nº 01/91

Este Relator é de parecer favorável ao Projeto acima, uma vez que vem assegurar direito seguro e certo dos professores.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 04 de Junho de 1.991 .



MANOEL EPAMINONDAS DOS SANTOS

RELATOR



Proc. n.º 191/91  
fis. 032  
liber

RELATOR DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL .

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991 .

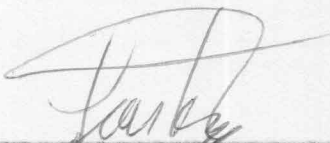
"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL  
DE OURO PRETO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 07/91

Este Relator é de parecer favorável ao Projeto acima, uma vez que vem assegurar direito seguro e certo dos professores.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 04 de Junho de 1.991 .



MANOEL EPAMINONDAS DOS SANTOS

RELATOR

Proc. n.º 198/91  
fis. 033  
Ulton

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991

"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL  
DE OURO PRETO DO OESTE E DAS OUTRAS PROVIDÊN  
CIAS".

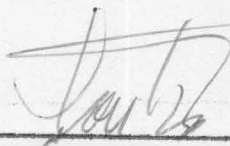
APROVADO  
VOTAÇÃO ÚNICA  
QUORUM 14 Votos/ UNAN.  
Em: 10 / 06 / 91

PARECER E VOTO DA COMISSÃO 09 07/91

Esta Comissão em detida análise é favorável à  
aprovação do Projeto, uma vez que visa beneficiar os professores de  
nosso Município.

É nosso parecer.

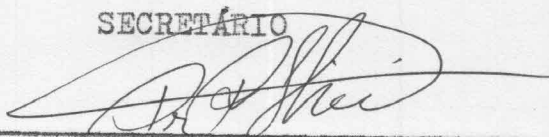
Sala das Comissões em, 04 de Junho de 1.991



MANOEL EPAMINONDAS DOS SANTOS  
PRESIDENTE

JAIME JOSÉ DA SILVA

SECRETÁRIO



RICARDO DIAS LLIVI IBANÊS

MEMBRO

Proc. n.º 198/91  
fis. 033  
Lilke

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO DE LEI Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 1.991

"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL  
DE OURO PRETO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊN  
CIAS".

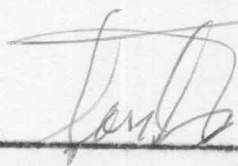
APROVADO  
VOTAÇÃO ÚNICA  
QUORUM / 4 Votos / UNAN.  
Em: 10 / 06 / 91

PARECER E VOTO DA COMISSÃO

Esta Comissão em detida análise é favorável à  
aprovação do Projeto, uma vez que visa beneficiar os professores de  
nosso Município.

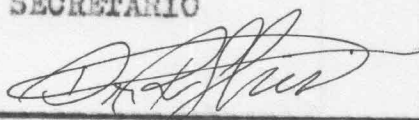
É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 04 de Junho de 1.991



MANOEL EPAMINONDAS DOS SANTOS  
PRESIDENTE

JAIME JOSÉ DA SILVA  
SECRETÁRIO



RICARDO DIAS LLIVI IBANÊS  
MEMBRO

APPROVADO  
VOTAÇÃO ÚNICA  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
Em: 17 / 06 / 91

Proc. n.º 198/91  
fis. 034  
J. M. do N.

EMENDA ADITIVA Nº 01/91, AO PROJETO DE LEI Nº 323 QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ACRESCENTA-SE PARÁGRAFOS AO ARTIGO 35.

ART. 35) - O Vencimento do pessoal do magistério é o constante do quadro de cargos e empregos de natureza permanente e escala de vencimentos e salários da Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste.

Parágrafo 1º) Os professores à disposição do Município com ônus para o mesmo, somente perceberão seus vencimentos, se estiverem em sala de aula, exceto Diretor de Escola e Secretário de Educação.

Parágrafo 2º) Os professores à disposição com ou sem ônus para o Município não poderão ocupar funções administrativas, obedecidos os parâmetros do Art. 37 inciso XVI da Constituição Federal, facultando-lhes o direito a cargos de confiança.

Sala das Sessões em, 11 de junho de 1.991.



JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO  
VEREADOR AUTOR DA EMENDA.



APROVADO  
VOTAÇÃO ÚNICA  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
Em: 17 / 06 / 91

Proc. n.º 198/91  
fis. 034  
Muxol

EMENDA ADITIVA Nº 01/91, AO PROJETO DE LEI Nº 323 QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ACRESCENTA-SE PARÁGRAFOS AO ARTIGO 35.

ART. 35) - O Vencimento do pessoal do magistério é o constante do quadro de cargos e empregos de natureza permanente e escala de vencimentos e salários da Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste.

Parágrafo 1º) Os professores à disposição do Município com ônus para o mesmo, somente perceberão seus vencimentos, se estiverem em sala de aula, exceto Diretor de Escola e Secretário de Educação.

Parágrafo 2º) Os professores à disposição com ou sem ônus para o Município não poderão ocupar funções administrativas, obedecidos os parâmetros do Art. 37 inciso XVI da Constituição Federal, facultando-lhes o direito a cargos de confiança.

Sala das Sessões em, 11 de junho de 1.991.



JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO  
VEREADOR AUTOR DA EMENDA.

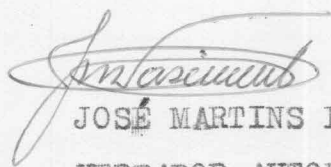
Proc. n.º 198/91  
fis. 035  
JUL 1991

J U S T I F I C A T I V A

Justifica-se a presente Emenda para na realidade de organizar e melhorar o Nível do ensino em nosso Município, uma vez em nossas escolas existe um número excessivo de Professores exercendo cargos administrativos, sendo que estão fazendo falta nas salas de aula.

Assim sendo, solicitamos aos Nobres Pares a aprovação da Emenda.

Sala das Sessões em, 11 de junho de 1.991 .



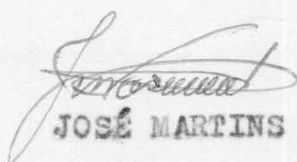
JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO  
VEREADOR AUTOR DA EMENDA.

J U S T I F I C A T I V A

Justifica-se a presente Emenda para na realidade de organizar e melhorar o Nível do ensino em nosso Município, uma vez em nossas escolas existe um número excessivo de Professores exercendo cargos administrativos, sendo que estão fazendo falta nas salas de aula.

Assim sendo, solicitamos aos Nobres Pares a aprovação da Emenda.

Sala das Sessões em, 11 de junho de 1.991 .



JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO  
VEREADOR AUTOR DA EMENDA.

J U S T I F I C A T I V A

Justifica-se a presente Emenda para na realidade de organizar e melhorar o Nível do ensino em nosso Município, uma vez em nossas escolas existe um número excessivo de Professores exercendo cargos administrativos, sendo que estão fazendo falta nas salas de aula.

Assim sendo, solicitamos aos Nobres Pares a aprovação da Emenda.

Sala das Sessões em, 11 de junho de 1.991 .



JOSE MARTINS DO NASCIMENTO  
VEREADOR AUTOR DA EMENDA.



Ao Plenário,  
 segue o referido Projeto de Lei,  
 para discussão e votação única  
 do parecer Nº 52/91, o de Nº 37/91,  
 da Comissão Permanente de Orça-  
 mentos e Finanças, o de nº 07/91,  
 da Comissão Permanente de Educa-  
 ção, Saúde e Assistência Social,  
 bem como a votação do mes-  
 mo.

Em, 10  
 06  
 91

*Ulisses*  
 Neuza de Coliza Ulisses Machado

Ao Plenário,  
 segue o referido Projeto de Lei,  
 para discussão e votação única  
 do parecer (digo) Emenda Aditiva  
 nº 01/91, da Comissão Permanen-  
 te de Justiça e Redação, bem  
 como a votação do mesmo.

Em, 17  
 06  
 91

*Ulisses*  
 Neuza de Coliza Ulisses Machado

I - ter a possibilidade de aperfeiçoamento ou especialização profissional em órgão mantidos ou reconhecidos pelo Município;

II - escolher, respeitadas as diretrizes gerais das autoridades competentes, os processos e método didáticos a aplicar e os processos de avaliação da aprendizagem;

III - participar de planejamento de programas e currículo, reuniões, conselhos ou comissões escolares;

IV - receber assistência técnica para seu aperfeiçoamento ou sua especialização e atualização.

Art. 34º - Os membros do magistério farão jus, além do devido, a gratificação por serviços prestados em bancas ou comissões de exames, concursos ou provas, desde que fora do período normal de trabalho a que estiver sujeito.

Art. 35º - O vencimento do pessoal do magistério é o constante do quadro de cargos e empregos de natureza permanente e escala de vencimentos e salários da Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste.

Parágrafo 1º) Os professores à disposição do Município com ônus para o mesmo, somente perceberão seus vencimentos, se estiverem em sala de aula, exceto Diretor de Escola e Secretário de Educação.

Parágrafo 2º) Os professores à disposição com ou sem ônus para o Município não poderão ocupar funções administrativas, obedecidos os parâmetros do Art. 37 inciso XVI da Constituição Federal, facultando-lhes o direito a cargos de confiança.

## CAPÍTULO VIII

### DO AFASTAMENTO E DAS FÉRIAS

Art. 36º - O afastamento do membro do magistério do seu cargo ou função poderá ocorrer, além de outras das hipóteses previstas nesta Lei e no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, nos seguintes casos:

I - para seu aperfeiçoamento e especialização;

II - para comparecer a congressos e reuniões relacionadas com a sua atividade;

III - para cumprir missão oficial de qualquer

natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos.

Art. 37º - O membro do magistério só poderá ausentar-se do Município com ou sem ônus para os cofres públicos, beneficiando-se do artigo anterior, com autorização do Prefeito Municipal, ouvido o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 38º - As férias do professor são usufruídas no período de férias escolares não podendo ser inferiores a 30 (trinta) dias por ano, os quais devem ser consecutivos.

Art. 39º - Os especialistas em educação e o pessoal auxiliar terão direito a 30 (trinta) dias consecutivos de férias anuais, que serão gozadas segundo escala elaborada pelo chefe imediato.

Art. 40º - É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de 02 (dois) períodos atestada a necessidade pelo chefe imediato do funcionário.

## SEÇÃO I

### DA LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DO CÔNJUGUE

Art. 41º - A funcionária ou funcionário efetivo, cujo cônjuge for funcionário federal ou estadual, civil ou militar, e for designado servir, ex-offício, em outro ponto do território nacional ou no estrangeiro, terá direito a licença não renumerada.

§ 1º - A licença será concedida mediante requerimento devidamente instruído.

§ 2º - Aplica-se o disposto neste artigo quando qualquer dos cônjuge receber mandato eletivo fora do Município.

Art. 42º - Ao funcionário em comissão não se concederá a licença de que trata o artigo anterior.

## SEÇÃO II

### DA LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 43º - O funcionário estável poderá obter licença, sem vencimentos, para o trato de interesses particulares, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.



Proc. n.º 199/91  
fis. 004  
luty

APROVADO  
1.ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
Em: 10 / 06 / 91

PROJETO DE LEI Nº 323  
APROVADO  
2.ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
Em: 17 / 06 / 91

DE 27 DE maio DE 1.991.

"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JÓSELITA ARAÚJO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Ouro Preto do Oeste, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o Estatuto do Magistério Municipal do primeiro e segundo grau e seu pessoal, estrutura e respectiva carreira e estabelece normas especiais sobre o seu regime jurídico.

Art. 2º - Para efeito deste Estatuto, entende-se por pessoal de magistério o conjunto dos servidores que ocupam cargos ou funções nas Unidades Escolares e demais órgãos da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 3º - O pessoal do magistério público municipal compreende as seguintes categorias:

I - Docente - os servidores encarregados de ministrar o ensino e a educação ao aluno em quaisquer atividades, áreas de estudo e disciplinas constantes do currículo escolar.

II - Especialista - Os servidores que executam tarefas de assessoramento, planejamento, programação, coordenação, acompanhamento, controle, avaliação, orientação, inspeção e outras, respeitadas as prescrições contidas na Lei Federal nº 5692 de 11 de Agosto de 1971, ou outra que o substitua ou modifique.

P.



PROX. n.º 198/91  
fis. 005  
Mito

APROVADO 1.ª VOTAÇÃO QUORUM 14 Votos / UNAN. Em: 10 / 06 / 91
--

APROVADO 2.ª VOTAÇÃO QUORUM 14 Votos / UNAN. Em: 17 / 06 / 91
--

Fls. 002

III - Auxiliares - os servidores que nas Unidades Escolares exerçam atividades administrativas e de apoio às atividades de ensino, que pertençam ao quadro de cargos e em pregos de natureza permanente da Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei, funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público.

## CAPÍTULO II

### DO QUADRO DO MAGISTÉRIO

Art. 4º - Os cargos do magistério se classificam de acordo com gênero de trabalho e os níveis de complexidade das atribuições e responsabilidade cometidas aos seus ocupantes:

Art. 5º - Para efeitos deste Estatuto:

I - Cargo é o conjunto de deveres, atribuições e reponsabilidades cometidas pelo município a um professor, especialista de educação ou auxiliar exerça atividades administrativas nas Unidades Escolares;

II - Classe é o agrupamento de cargos da mesma natureza, mesmo nível de retribuição, mesma denominação e idênticos quanto ao grau de dificuldades e responsabilidades;

III - Carreira ou série de classe é o conjunto de classes da mesma natureza, disposta hierarquicamente de acordo com o grau de dificuldades das atribuições e níveis de responsabilidade;

IV - Promoção é a elevação do funcionário público a uma classe imediatamente superior dentro da mesma;

Art. 6º - O quadro do Magistério Municipal desdobra-se em duas partes:

I - Parte permanente, que inclui as carreiras e classe isoladas constantes do Anexo I;

II - Parte suplementar, composta dos ca

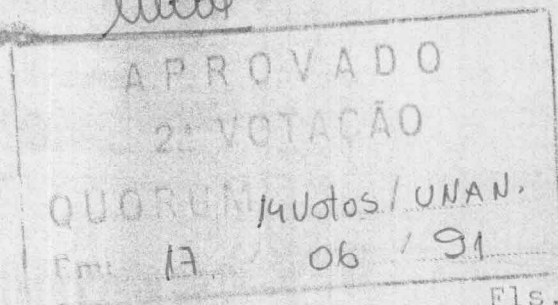
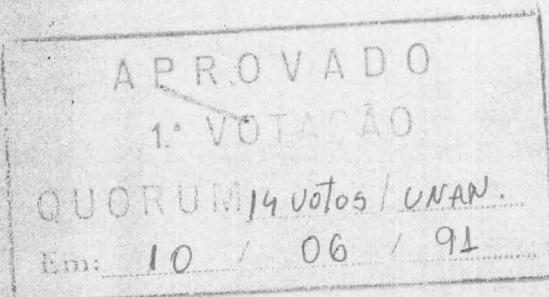
P.

Proc. n.º 198/91

fls.

006

luta



Fls. 003

e funções, constantes do anexo II.

Parágrafo Único - Ao pessoal do Quadro do Magistério aplica-se subsidiária e completamente a este, o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

### CAPÍTULO III

#### DO PROVIMENTO

Art. 7º - Os cargos do Quadro do Magistério Municipal podem ser providos por:

I - Nomeação, precedido de concurso público, tratando-se de primeira investidura no serviço público municipal em cargo vago de classe inicial de carreira ou classe isolada;

II - Promoção, tratando-se de classe intermediária ou final de carreira.

Art. 8º - Compete ao Prefeito Municipal expedir os atos de provimento.

Parágrafo Único - O ato de provimento deverá conter as seguintes indicações:

I - A denominação do cargo e demais elementos de identificação, o motivo da vacância e o nome do ex-ocupante, quando for o caso;

II - A indicação do nível de vencimento do cargo.

Art. 9º - Os cargos constantes da parte permanente (Anexo I) serão inicialmente providos por enquadramento dos seguintes servidores, de acordo com as normas do Capítulo XII desta Lei:

I - Atuais ocupante de cargos efetivos da Prefeitura Municipal;

II - Pessoal contratado que tenha ingressado no serviço Municipal mediante concurso público municipal.

Art. 10º - Para provimento dos cargos públicos serão rigorosamente observados os requisitos mínimos indicados no Anexo I desta Lei, sob pena de ser o ato de nomeação.



Proc. n.º 198/91  
fis. 007  
Mirel

APROVADO
1ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 10 / 06 / 91

APROVADO
2ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 17 / 06 / 91

Fls. 004

considerado nulo, não gerando obrigação de espécie alguma para o Município, nem qualquer direito para o beneficiário.

#### CAPÍTULO IV

##### DO CONCURSO

Art. 11º - A primeira investidura em cargo de provimento efetivo das atividades do magistério efetuar-se - à mediante concurso público de provas escritas, podendo ser utilizadas ainda provas práticas ou prático - orais.

Parágrafo Único - No concurso para provimento de cargo de nível universitário haverá também prova de títulos.

Art. 12º - A aprovação em concurso não gera direito à nomeação, mas esta quando se der, respeitará ordem de classificação dos candidatos habilitados, salvo prévia desistência por escrito.

§ 1º - Terá preferência para nomeação, em caso de empate na classificação, o candidato já pertencente ao serviço público municipal e, havendo mais de um candidato nessa condição, o mais idoso.

§ 2º - Se ocorrer empate de candidatos não pertencente ao serviço público municipal, decidir-seá em favor do mais idoso.

Art. 13º - Observar-se-ão, na realização dos concurso, as seguintes normas:

I - Não se publicará edital para provimento de qualquer cargo enquanto vigorar o prazo de validade do concurso anterior para o mesmo cargo, se ainda houver candidato aprovado e não convocado para investidura;

II - O edital deverá estabelecer o prazo de validade do concurso e as exigências ou condições que possibilitem a convocação, pelo candidato, das qualificações e requisitos constantes dos cargos;

III - Aos candidatos serão assegurados meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação de concurso.

JP

Proc. n.º 1 98/91

fls.

008

APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos/ UNAN.
Em: 10 / 06 / 91

APROVADO
2.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos/ UNAN.
Em: 17 / 06 / 91

Fls. 005

IV - Quando houver funcionário público municipal em disponibilidade, não será feito concurso público para preenchimento de cargo de igual categoria, devendo, ser convocado o funcionário disponível;

V - O concurso obedecerá as condições e requisitos estabelecidos no respectivo edital, atendidos as normas constantes deste estatuto.

### CAPÍTULO V

#### DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

Art. 14º - A nomeação se dará:

I - em caráter efetivo, para cargo de provimento efetivo;

II - em comissão, mediante livre escolha do Prefeito Municipal, dentre pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público, quando se tratar de cargo que assim deva ser provido.

Art. 15º - A posse em cargo público municipal se dará a quem, além de outras prescrições legais, atender aos seguintes requisitos:

I - Possuir a nacionalidade brasileira;

II - Possuir o gozo dos direitos políticos

III - Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

IV - Possuir idade mínima de 16 (Dezesseis) anos.

Parágrafo Único - A admissão de estrangeiro se fará na forma estabelecida em Lei.

Art. 16º - No ato de posse, o candidato deverá declarar, por escrito, se é titular de outro cargo ou de função pública.

Parágrafo Único - Ocorrendo hipótese da acumulação proibida, a posse será suspensa por 10 (Dez) dias para que se comprove a inexistência daquela.

Art. 17º - O Prefeito Municipal dará posse aos nomeados para cargos em comissão e o chefe da Seção de Recursos Humanos da Prefeitura, aos de caráter efetivo

P.



APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 10 / 06 / 91

APROVADO
2.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 17 / 06 / 91

Fls. 006

Art. 18º - O funcionário declarará no ato da posse, os bens e valores que constitui seu patrimônio.

Art. 19º - Poderá haver mediante procuração por instrumento público, em caso especiais, a critério da autoridade competente.

Art. 20º - Cumpre a autoridade que der posse verificar sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições legais.

Art. 21º - A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de provisamento, podendo ser prorrogado por igual prazo, desde que justificado.

Parágrafo Único - Se a posse não der dentro do prazo previsto, o ato de nomeação ficará automaticamente sem efeito.

#### SUBSEÇÃO I

#### DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 22º - Estágio probatório é o período inicial de 730 (setecentos e trinta) dias de exercício do funcionário para o cargo efetivo, no qual são apurados suas qualidades e aptidões para o exercício do cargo e julgada a conveniência de sua permanência.

Parágrafo Único - Os requisitos a serem apurados no período probatório são os seguintes:

- I - Idoneidade Moral
- II - Disciplina
- III - Pontualidade
- IV - Assiduidade
- V - Eficiência

Art. 23º - O chefe imediato do funcionário em estágio probatório informará a seu respeito, reservadamente 90 (noventa) dias antes do término no período, a Seção de Recursos Humanos da Prefeitura, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

Art. 24º - O Secretário Municipal de Educação e Cultura, os Diretores de Unidades Escolares, informarão

APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos UNAN.
Em: 10 / 06 / 91

APROVADO
2.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos UNAN.
Em: 17 / 06 / 91

Fls. 007

Seção de Recursos Humanos da Prefeitura o resultado relativo ao preenchimento dos requisitos mencionados no art. 22º, a respeito do funcionário com estágio probatório.

Art. 25º - De posse e de acordo com a informação prestada a Seção de Recursos Humanos da Prefeitura emitirá parecer, concluindo a favor ou contra a confirmação do funcionário em estágio.

§ 1º - Se o parecer for contrário à permanência do funcionário, dar-se-lhe conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º - O órgão de pessoal encaminhará o parecer e a defesa ao Prefeito Municipal, que decidirá sobre a exoneração ou a manutenção do funcionário.

Art. 26º - Ficará dispensado de novo estágio probatório o funcionário estável que for nomeado para outro cargo público municipal, bem como o servidor contratado que já contar mais de 02 (dois) anos de serviço e for nomeado para cargo efetivo.

## CAPÍTULO VI

### DA PROMOÇÃO

Art. 27º - As promoções serão no mês de junho de cada ano.

Art. 28º - A promoção do funcionário do Quadro do Magistério Municipal ocorrerá alternadamente, por antiguidade e merecimento, observadas as normas deste capítulo.

Art. 29º - A primeira promoção em cada classe, na vigência desta Lei, deverá ocorrer por antiguidade.

Art. 30º - Para ser promovido por antiguidade, o funcionário deverá completar o interstício mínimo de 730 (setecentos e trinta) dias de trabalho na classe em que se encontra.

Art. 31º - Para ser promovido por merecimento, o funcionário deverá contar com o interstício mínimo de 730 (setecentos e trinta) dias de efetivo exercício na classe

JP



APROVADO  
1ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
Em: 10 / 06 / 91

Proc. n.º 193/91  
fls. 011  
Miteu

APROVADO  
2ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
Em: 17 / 06 / 91

Fls. 008

em que se encontra e, ainda, obter o grau mínimo de merecimento à promoção.

Art. 32º - Na apuração dos interstícios para promoção serão descontadas as ausências ao trabalho quando ocorridas com prejuízo do vencimento.

Parágrafo Único - A suspensão e a advertência por escrito interrompem a contagem do interstício. A contagem de novo interstício terá início na data subsequente à da aplicação da advertência ou, for o caso, à do término do cumprimento da suspensão.

§ 1º - A avaliação de merecimento do funcionário será feita mediante a aferição de seu desempenho, em que serão considerados os seguintes fatores:

I - exercício de função de direção e chefia;

II - conhecimento de qualidade do trabalho;

III - elogios e punições recebidos;

IV - curso e treinamento relacionados com as atribuições de seu cargo;

V - pontualidade;

VI - assiduidade;

§ 2º - A avaliação do desempenho será efetuada uma vez por ano, através de conceitos emitidos no Boletim de Merecimento, pelas chefias ou supervisores do funcionário e de dados extraídos de seus assentamentos funcionais.

§ 3º - O merecimento é adquirido durante o período de permanência do funcionário em sua classe. Promovido, o funcionário reiniciará a contagem de ocorrência para efeito de nova promoção.

## CAPÍTULO VII

### DOS VENCIMENTOS

Art. 33º - São direitos especiais do pessoal do magistério Municipal;

APROVADO

Proc. n.º 198/91 APROVADO

1.ª VOTAÇÃO

fis.

012

2.ª VOTAÇÃO

QUORUM 14 Votos/ UNAN

QUORUM 14 Votos/ UNAN

Fls. 009

10 06 91

Em: 17 06 91

I - ter a possibilidade de aperfeiçoamento

ou especialização profissional em órgão mantidos ou reconhecidos pelo Município;

II - escolher, respeitadas as diretrizes gerais das autoridades competentes, os processos e método didáticos a aplicar e os processos de avaliação da aprendizagem;

III - participar de planejamento de programas e currículo, reuniões, conselhos ou comissões escolares;

IV - receber assistência técnica para seu aperfeiçoamento ou sua especialização e atualização.

Art. 34º - Os membros do magistério farão jus, além do devido, a gratificação por serviços prestados em bancas ou comissões de exames, concursos ou provas, desde que fora do período normal de trabalho a que estiver sujeito.

Art. 35º - O vencimento do pessoal do magistério é o constante do quadro de cargos e empregos de natureza permanente e escala de vencimentos e salários da Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste.

Parágrafo 1º) Os professores à disposição do Município com ônus para o mesmo, somente perceberão seus vencimentos, se estiverem em sala de aula, exceto Diretor de Escola e Secretário de Educação.

Parágrafo 2º) Os professores à disposição com ou sem ônus para o Município não poderão ocupar funções administrativas, obedecidos os parâmetros do Art. 37 inciso XVI da Constituição Federal, facultando-lhes o direito a cargos de confiança.

## CAPÍTULO VIII

### DO AFASTAMENTO E DAS FÉRIAS

Art. 36º - O afastamento do membro do magistério do seu cargo ou função poderá ocorrer, além de outras das hipóteses previstas nesta Lei e no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, nos seguintes casos:

I - para seu aperfeiçoamento e especialização;

II - para comparecer a congressos e reuniões relacionadas com a sua atividade;

III - para cumprir missão oficial de qualquer



1.ª VOTAÇÃO 198/91 013 2.ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos UNAN. 14 Votos UNAN. Fls. 010  
10 06 91 17 06 91  
natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos.

Art. 37º - O membro do magistério só poderá ausentar-se do Município com ou sem ônus para os cofres públicos, beneficiando-se do artigo anterior, com autorização do Prefeito Municipal, ouvido o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 38º - As férias do professor são usufruídas no período de férias escolares não podendo ser inferiores a 30 (trinta) dias por ano, os quais devem ser consecutivos.

Art. 39º - Os especialistas em educação e o pessoal auxiliar terão direito a 30 (trinta) dias consecutivos de férias anuais, que serão gozadas segundo escala elaborada pelo chefe imediato.

Art. 40º - É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de 02 (dois) períodos atestada a necessidade pelo chefe imediato do funcionário.

## SEÇÃO I

### DA LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DO CÔNJUGUE

Art. 41º - A funcionária ou funcionário efetivo, cujo cônjuge for funcionário federal ou estadual, civil ou militar, e for designado servir, ex-offício, em outro ponto do território nacional ou no estrangeiro, terá direito a licença não renumera-

da.

§ 1º - A licença será concedida mediante requerimento devidamente instruído.

§ 2º - Aplica-se o disposto neste artigo quando qualquer dos cônjuge receber mandato eletivo fora do Município.

Art. 42º - Ao funcionário em comissão não se concederá a licença de que trata o artigo anterior.

## SEÇÃO II

### DA LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 43º - O funcionário estável poderá obter licença, sem vencimentos, para o trato de interesses particulares, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

Proc. n.º 198/91

fns. 014

Mutu

APROVADO  
1.ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos UNAN.  
Em: 10 / 06 / 91

APROVADO  
2.ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos UNAN.  
Em: 17 / 06 / 91

Fls. 011

§ 1º - O requerente aguardará, em exercício, a concessão da licença, sob pena de demissão por abandono de cargo.

§ 2º - Será negada a licença, quando houver inconveniência ao interesse do serviço.

Art. 44º - Só poderá ser concedida nova licença para o tratamento de interesses particulares depois de decorridos dois (02) anos do término da anterior.

Art. 45º - Quando o interesse do serviço o exigir a licença poderá ser cassada, a juízo do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - Cassada a licença, o funcionário terá até 30 (trinta) dias para reassumir o exercício, após divulgação do ato.

Art. 46º - Ao funcionário em comissão não se concederá, nessa qualidade, licença para o trato de interesses particulares.

## CAPÍTULO IX

### DO TREINAMENTO

Art. 47º - Fica institucionalizado, como atividade permanente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o treinamento de seus servidores, tendo como objetivo:

I - incrementar a produtividade e criar condições para o constante aperfeiçoamento do ensino público municipal.

II - integrar os objetivos de cada função às finalidades da administração como um todo;

III - atualizar conhecimentos adquiridos para melhor qualificação do pessoal docente.

Art. 48º - Compete a Secretaria Municipal de Educação, em coordenação com a Secretaria Municipal de Administração, a elaboração e o desenvolvimento dos programas de treinamento dos seus servidores.

§ 1º - Os programas de treinamento

P.



APROVADO
1ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 10 / 06 / 91

APROVADO
2ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 17 / 06 / 91

Fls. 012

rão elaborados, anualmente, a tempo de prever, na proposta orçamentária, os recursos indispensáveis à sua realização.

§ 2º - As atividades de treinamento serão programadas preferentemente para a época das férias escolares, respeitando-se o período destinado a estas.

Art. 49º - O treinamento terá sempre caráter objetivo e prático e será ministrado:

I - sempre que possível, diretamente pela Prefeitura, utilizando servidores de seu quadro e recursos humanos locais;

II - através da contratação de serviços com entidades especializadas;

III - mediante o encaminhamento de servidores a organizações especializadas; sediadas ou não no Município.

## CAPÍTULO X

### DA LOTAÇÃO

Art. 50º - A lotação do pessoal do quadro do Magistério Municipal será aprovada, anualmente, pelo Secretário Municipal de Educação, tendo em vista as necessidades do ensino público municipal e a qualificação do corpo docente.

Parágrafo Único - É vedada a designação de pessoal do Quadro do Magistério Municipal para exercício de funções alheias à educação e à cultura.

Art. 51º - É facultado ao funcionário solicitar nova lotação mediante remoção desde que:

I - não traga prejuízo ao funcionamento da Unidade onde estiver lotado o funcionário;

II - exista vaga na Unidade para onde é solicitada a nova lotação;

Parágrafo Único - Terá preferência, em caso de haver mais de um candidato à mesma vaga, o que consta mais tempo de serviço público municipal e, em caso de empate, o mais velho.

Proc. n.º 198/91  
fls. 016  
Ulta

APROVADO  
1ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos UNAN.  
Em: 10 / 06 / 91

APROVADO  
2ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos UNAN.  
Em: 17 / 06 / 91

Fls. 013

Art. 52º - A remoção poderá ser solici  
tada por permuta.

§ 1º - A permuta será processada medi  
ante pedido escrito de ambos os interessados.

§ 2º - Não poderá permutar o funcioná  
rio que estiver licenciado ou suspenso disciplinarmente.

Art. 53º - Haverá em cada Unidade Esco  
lar uma função gratificada de Diretor e Secretário.

§ 1º - Para preenchimento da função de  
Diretor é exigida experiência de no mínimo 02 (dois) anos de Ma  
gistério.

§ 2º - O Diretor e o Secretário de Uni  
dade Escolar será designado pelo Prefeito Municipal, mediante in  
dicação do Secretário Municipal de Educação.

Art. 54º - O Secretário Escolar, respon  
sável por todas as atividades da secretaris e outras que lhe fo  
rem atribuídas, é co-responsável com o Diretor pelo funcionário  
da Unidade Escolar.

Art. 55º - Será também lotado nas Uni  
dades Escolares o pessoal necessário às atividades de portaria,  
limpeza, manutenção, vigilância e merenda escolar.

Parágrafo Único - Antes do final do ano  
letivo o Secretário Municipal de Educação submeterá à aprovação  
do Prefeito Municipal o plano de lotação para o ano seguinte, do  
pessoal de que trata este artigo.

## CAPÍTULO XI

### DO ENQUADRAMENTO

Art. 56º - Os atuais servidores, ocupan  
tes de cargos e funções de magistério serão enquadrados em car  
gos das classes previstas no Anexo I, cujas atribuições sejam  
de natureza e grau de dificuldade semelhantes às que estiverem  
ocupando na data de vigência desta Lei, desde que atendam aos re  
quisitos fixados quanto à escolaridade e à habilitação para o  
exercício da profissão.



Proc. n.º 198/91

fis. 017

*luteu*

APROVADO  
1ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos UNAN.  
Em: 10 / 06 / 91

APROVADO  
2ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos UNAN.  
Em: 17 / 06 / 91

Fls. 014

§ 1º - Os servidores de que trata este artigo, que exercem atribuições diferentes daquelas correspondentes aos cargos da Parte Permanente, terão seus cargos incluídos na Parte Suplementar (Anexo II).

§ 2º - Os demais professores leigos ficarão no Quadro Suplementar (Anexo II).

Art. 57º - Os atos coletivos de enquadramento serão baixados, sob a forma de listas nominais, através de portaria do Prefeito Municipal, num prazo de 90 (noventa) dias, contados da vigência desta Lei.

Art. 58º - O funcionário, cujo enquadramento tenha sido feito em desacordo com as normas desta Lei, poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação dos atos, dirigir ao Prefeito petição de revisão, devidamente fundamentada.

§ 1º - O Prefeito deverá decidir sobre o requerido, nos 30 (trinta) dias que sucederem ao recebimento da petição.

§ 2º - A ementa da decisão do Prefeito será publicada no máximo 03 (três) dias após o término do prazo fixado no parágrafo anterior.

## CAPÍTULO XII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59º - É vedada a admissão de pessoal pelo regime CLT para as atividades previstas no Quadro do Magistério Municipal.

Parágrafo Único - Será admitida em caráter excepcional para substituir funcionário subitamente afastado de suas funções e os regidos em regime especial.

Art. 60º - Após a realização do enquadramento previsto desta Lei, os cargos do Quadro do Magistério Municipal (Anexo I e II) que permanecerem vagos serão preenchidos por concurso público, Exceto os regidos em regime especial

Proc. n.º 198/91  
fls. 018  
*W. W. W.*

APPROVADO		
14 Votos UNAN.		
10	06	91

APPROVADO		
2º VOTO		
QUORUM 14 Votos UNAN.		
Em: 17	/ 06	/ 91

Fls. 015

Parágrafo Único - Os atuais servidores municipais, contratados no regime da legislação trabalhista, sem direito a estabilidade no serviço público municipal, serão inscritos "ex-ofício", na classe e referência inicial ou equivalente considerando a faixa salarial de sua respectiva habilitação, para o exercício do magistério.

Art. 61º - É dever do pessoal do Magistério Público Municipal comparecer a todas as atividades extra-Classe e comemorações cívicas, quando convocado.

Art. 62º - São partes integrantes da presente Lei o Anexos I, II e III que a acompanha.

Art. 63º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Ouro Preto do Oeste, 27 de maio de 1.991.

*P.*



PROJETO DE LEI Nº 323

DE 24 DE maio DE 1.991

ANEXO I

I - ESPECIALIDADE

- TÉCNICO EM ASSUNTOS CULTURAIS
- TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
- TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAL
- TÉCNICO EM PLANEJAMENTO
- TÉCNICO EM ENSINO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

CARREIRA:

APROVADO  
1ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
10 / 06 / 91

APROVADO  
2ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
17 / 06 / 91

CLASSE	ESCALA DE REFERÊNCIA	VENCIMENTO CIAL	INI- CR\$:	FUNÇÃO	REQUISITOS P/ PROVIMENTO	CARGA HORÁ- RIA SEMAN.	Nº DE VAGAS
TÉCNICA EM ASSUNTOS CULTURAIS	NS 12 A 23	77.572,64		PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO CULTURAL	CURSO SUPERIOR	40	05
TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	12 A 23	77.572,64		COMUNICAÇÃO SOCIAL	CURSO SUPERIOR EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	40	03
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAL	12 A 23	77.572,64		SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	CURSO SUPERIOR EM PEDAGOGIA	40	03
TÉCNICO EM PLANEJAMENTO	12 A 23	77.572,64		PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO ENSINO	CURSO SUPERIOR	40	03
TÉCNICO EM ENSINO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	12 A 23	77.572,64		ENSINO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	CURSO SUPERIOR	40	03

Proc. n.º 98/91  
fls. 019  
Lutal

P.

PROJETO DE LEI Nº 323

DE 24 DE maio

DE 1.991.

II - DOCENTE

ANEXO I

PROFESSOR NÍVEL MÉDIO DE ENSINO DE 1º GRAU

CARREIRA: PROFESSOR DE ENSINO DE 1º GRAU

PROFESSOR DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

APROVADO

1ª VOTAÇÃO

QUORUM 14 votos / UNAN.

Em: 10 / 06 / 91

APROVADO

2ª VOTAÇÃO

QUORUM 14 votos / UNAN.

Em: 17 / 06 / 91

CLASSE	ESCALA DE REF- RÊNCIA	VENCIMENTO INICIAL CR\$.	FUNÇÃO	REQUISITO PARA PROVIMENTO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS
PROFESSOR NÍVEL MÉ- DIO DE ENSINO DE 1º GRAU	NM 07 A 21	25.590,24	REGÊNCIA DE CLASSE DE 1ª A 4ª SÉRIES DO 1º GRAU	HABILITAÇÃO DO 2º GRAU EM MAGISTÉRIO	20	260
PROFESSOR DE ENSINO DE 1º GRAU	NS 08 A 20	52.983,17	REGÊNCIA DE CLAS- SES DE 5ª A 8ª SÉ- RIES DO 1º GRAU	HABILITAÇÃO ESPE- CÍFICA EM GRAU SU- PERIOR. LICENCIATURA DE 1º GRAU OBTIDA EM CUR- SO DE COMPUTAÇÃO	20	100
PROFESSOR DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	NS 10 A 22	64.109,63	REGÊNCIA DE CURSO DE 2º GRAU	HABILITAÇÃO ESPE- CÍFICA OBTIDA EM CURSO DE GRADUAÇÃO CORRESPONDENTE À LICENCIATURA PLENA	20	

Proc. n.º 198/91

fls. 020  
legal

Proc. n.º 198/91

fls. 020  
legal

27.08.91  
legal

P.



PROJETO DE LEI Nº 323

DE 24 DE maio DE 1.991.

Fls. 03

ANEXO I

APROVADO  
1ª VOTAÇÃO

III - AUXILIARES.

QUORUM 14 Votos UNAN.  
10 / 06 / 91

APROVADO  
2ª VOTAÇÃO

QUORUM 14 Votos / UNAN.  
17 / 06 / 91

São os funcionários onde pertencem

ao quadro de cargos e empregos de natureza permanen

te da Prefeitura e que estejam prestando serviços :

nas unidades escolares e Secretaria Municipal de Edu

cação, Cultura e Esportes

Proc. n.º 198/91  
fls. 021  
Mutan

P.

PROJETO DE LEI Nº 323

DE 24 DE maio DE 1.991.

APROVADO  
1ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
Em: 10 / 06 / 91

APROVADO  
2ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 Votos / UNAN.  
Em: 17 / 06 / 91

ANEXO II

QUADRO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL

PARTE SUPLEMENTAR

CARGO	ESCALA DE REFERÊNCIA NM	VENCIMENTO INICIAL CR\$	CARGA HORÁRIA SEMANAL HORAS	Nº DE VAGAS
PROFESSOR LEIGO	01 A 13	18.055,34	20	340

oc. n.º 198/91  
fls. 022  
Luter



PROJETO DE LEI Nº 323

DE 27 DE maio

DE 1.991.

APROVADO

1ª VOTAÇÃO

14 Votos / UNAN.

10 / 06 / 91

PROVADO

2ª VOTAÇÃO

14 Votos / UNAN.

17 / 06 / 91

ANEXO III

QUADRO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL  
FUNÇÕES DE CONFIANÇA

CARGO	REFERÊNCIA GEC	GRATIFICAÇÃO MENSAL CR\$.	Nº DE VAGAS
DIRETOR DE ESCOLA DE 1º E 2º GRAUS	GEC - 08	25.000,00	06
DIRETOR DE ESCOLA DE 1º GRAU	GEC - 09	22.800,00	08
DIRETOR DE PRÉ- ESCOLA	GEC - 10	19.900,00	07
SECRETÁRIO DE ES- COLA DE 1º E 2º GRAUS	GEC - 10	19.900,00	06
SECRETÁRIO DE ES- COLA DE 1º GRAU	GEC - 11	17.000,00	08

Doc. n.º 198/91  
fls. 023  
Muro

P.

Proc. n.º 198/91

fol. 024

~~1111~~

J.ª Sec.ª Legislativa,

Segue o presente processo para  
ser arquivado, segue cópia do  
ofício nº 248/91.

Em, 25.06.91

(Assin.)  
Chefe de Gabinete.



Proc. n.º 198/91  
fis. 025  
*[assinatura]*

OFÍCIO Nº 242/GP/CMOPO/RO/91

OURO PRETO DO OESTE RO  
EM, 19 DE JUNHO DE 1991

Senhora Prefeita;

Através do presente, encaminhamos à Vossa Excelência, cópia do Projeto de Lei nº 323 de 27/Maio/91 que "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Na oportunidade, esclarecemos que o mesmo fora Aprovado em Sessão Ordinária realizada no dia 17/junho/91, bem como, a Emenda nº 001/91 que segue em anexo.

No ensejo, elevamos nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

*[Assinatura]*

Jasmo Pereira de Castro  
Presidente

EXMA SRA

JOSELITA ARAUJO DE OLIVEIRA

MD. PREFEITA MUNICIPAL

NESTA.

*[Assinatura]*  
em 20/96  
da